

Exm. Senhor Presidente

da Comissão Parlamentar do Ambiente,
Energia e Ordenamento do Território

Deputado José Maria Cardoso

S. Bento, 28 de fevereiro de 2020

Assunto: *Audição da Secretária de Estado do Ambiente, da Agência Portuguesa do Ambiente, do Movimento de Oposição ao Aterro da Azambuja e da empresa TRIAZA, relativamente à situação do aterro da Azambuja.*

O aterro da Azambuja está situado bastante próximo à povoação e tem apresentado um conjunto de impactes preocupantes, nomeadamente a deposição incorreta de amianto, os maus-cheiros, escorrências e várias aves em contacto com os resíduos. A população tem alertado para estes problemas e está legitimamente preocupada com o presente e com a abertura de uma célula de deposição de maior dimensão que a atual.

O grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda solicitou uma visita ao aterro da Azambuja, mas a empresa privada responsável – Triaza – não acedeu à mesma, considerando que as questões devem ser colocadas às entidades licenciadoras CCDR-LVT e APA.

O aterro da Azambuja tem recebido amianto que é depositado conjuntamente com resíduos biodegradáveis. A sua deposição é ainda feita sem confinamento e com o esmagamento das placas de fibrocimento e outras. O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda questionou o Ministério do Ambiente e da Ação Climática sobre esta matéria a 13/12/2019, mas ainda não obteve resposta.

Entretanto e apesar do Ministério ter garantido publicamente a legalidade da deposição de amianto nestas circunstâncias, as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento

regional (CCDR) estão agora a contactar os responsáveis pelos aterros de resíduos não perigosos, informando-os que já não podem colocar resíduos com amianto em células de aterros que também recebam resíduos biodegradáveis.

O aterro da Azambuja tem recebido resíduos importados, o que agrava os problemas. Entre 2015 a 2019, as importações de resíduos para deposição em aterro em Portugal cresceram 1.670% o que mostra que se trata da abertura de um mercado internacional de resíduos e não questões pontuais de solidariedade europeia. Também por isso, o Governo decidiu no início deste ano pela objeção sistemática às entradas de resíduos destinados a eliminação.

Entre 2016 e 2018, as operações de deposição direta em aterro aumentaram de 29% para 33,4%, tendo sido depositadas em aterro mais de um milhão de toneladas de resíduos urbanos em 2018. Estes dados mostram a necessidades de políticas públicas para reduzir os resíduos para aterro, aumentar a reutilização, a reciclagem e valorização. Mas existem ainda problemas concretos em aterros, no caso da Azambuja, que exigem medidas concretas para reduzir os seus impactos no ambiente e na saúde pública.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer a audição da Secretária de Estado do Ambiente, da Agência Portuguesa do Ambiente, do Movimento de Oposição ao Aterro da Azambuja e da empresa TRIAZA, relativamente à situação do aterro da Azambuja.

O deputado do Bloco de Esquerda,

Nelson Peralta,